



Circular 2/2014

Assunto: CALENDÁRIO FISCAL DE FEVEREIRO DE 2014

S	T	Q	Q	S	S	D
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28		

Dia 10

Segurança Social - declaração de remunerações (JANEIRO)

A entrega da declaração de remunerações referente ao mês de janeiro de 2014 tem que ser feita obrigatoriamente através da Segurança Social Direta até ao dia 10 de fevereiro de 2014.

As entidades contribuintes que sejam pessoas singulares e que tenham ao seu serviço apenas um trabalhador podem optar pelo envio da declaração em suporte de papel ou através da transmissão eletrónica de dados, sendo a opção por esta última irrevogável.

(artigo 40.º da Lei n.º 110/2009, de 16.09, com as alterações da Lei n.º 119/2009, de 30.12 e artigo 21.º do Decreto-Regulamentar n.º 1-A/2011, de 03.01)

IVA - declaração periódica e pagamento do imposto (regime normal mensal)

Envio da declaração periódica, por transmissão eletrónica de dados, acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos contribuintes do regime normal mensal, relativa às operações efetuadas em dezembro do ano anterior.



Pagamento do IVA, a efetuar nos balcões das tesourarias de finanças ou dos CTT ou ainda (para importâncias não superiores a € 99.999,99), através do multibanco, correspondente ao imposto apurado na declaração respeitante a maio, pelos sujeitos passivos abrangidos pela periodicidade mensal do regime normal.

(artigos 22.º/8 e 41.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado)

IRS – declaração Modelo 11

Entrega da declaração modelo 11, por transmissão eletrónica de dados, pelos notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como pelas entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a registo predial, ou que intervenham em operações previstas nas alíneas b), f) e g do nº. 1 do artigo 10.º, das relações dos atos praticados no mês anterior, suscetíveis de produzir rendimentos.

(artigo 123.º do Código do IRS)

IRS – declaração mensal de remunerações

Entrega da Declaração Mensal de Remunerações, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, ainda que dele isentos, bem como os que se encontrem excluídos de tributação, nos termos dos artigos 2.º e 12.º do Código do IRS, para comunicação daqueles rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotas sindicais, relativas ao mês anterior.

(artigo 119º, nº 1 al. c) e d) do Código do IRS)

DIA 15

IMT – declaração Modelo 11

Os notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades e profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a registo predial,



devem submeter, até ao dia 15 de cada mês, à Direção-Geral dos Impostos, os seguintes elementos:

- a) Em suporte eletrónico (modelo 11), uma relação dos atos ou contratos sujeitos a IMT, ou dele isentos, efetuados no mês antecedente, contendo, relativamente a cada um desses atos, o número, data e importância dos documentos de cobrança ou os motivos da isenção, nomes dos contratantes, artigos matriciais e respetivas freguesias, ou menção dos prédios omissos;
- b) Cópia das procurações que confirmam poderes de alienação de bens imóveis em que por renúncia ao direito de revogação ou cláusula de natureza semelhante o representado deixe de poder revogar a procuração, bem como dos respetivos subestabelecimentos, referentes ao mês anterior;
- c) Cópia das escrituras ou documentos particulares autenticados de divisões de coisa comum e de partilhas de que façam parte bens imóveis.

(artigo 49.º/4 e 5 do Código do IMT)

IVA – declaração periódica e pagamento do imposto (regime normal trimestral)

Entrega da declaração periódica, por transmissão eletrónica de dados, acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos contribuintes do regime mensal, relativa às operações efetuadas no 2º trimestre.

Pagamento do IVA, a efetuar nos balcões dos serviços de finanças ou dos CTT ou ainda (para importâncias não superiores a € 100 000,00), através do multibanco, correspondente ao imposto apurado na declaração respeitante ao 2º trimestre, pelos sujeitos passivos abrangidos pela periodicidade trimestral do regime normal.

(artigos 22º/8 e 41º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado)



DIA 10 - DIA 20

Segurança Social – pagamento de contribuições (JANEIRO)

Pagamento das contribuições e quotizações relativas ao mês de janeiro de 2014 - a efetuar entre os dias 10 e 20 de fevereiro.

(artigo 43.º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, com as alterações da Lei n.º 119/2009, de 30 de dezembro e artigos 75.º e 76.º do Decreto-Regulamentar n.º 1-A/2011, de 03 de janeiro)

DIA 20

IRC – entrega de importâncias retidas na fonte

Entrega das importâncias retidas no mês anterior para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

(artigo 94.º, n.º 6 do Código do IRC)

Imposto do Selo – entrega de importâncias retidas na fonte

Entrega das importâncias retidas no mês anterior para efeitos do Imposto do Selo.

(artigo 44.º do Código do Imposto do Selo)

IRS- Entrega de importâncias retidas na fonte

Entrega das importâncias retidas no mês anterior para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares.

(artigos 119.º/1 b), 119.º/9 b), 125.º/1 b), 127º/2; 127º/3 do Código do IRS)

IVA – declaração recapitulativa

Entrega da Declaração Recapitulativa por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços noutros Estados Membros, no mês anterior, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo



6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

Entrega da Declaração Recapitulativa por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal trimestral que tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou prestações de serviços noutros Estados Membros, no trimestre anterior, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6º do CIVA e o montante das transmissões intracomunitárias a incluir não tenha excedido € 50.000 no trimestre em curso ou em qualquer um dos 4 trimestres anteriores.

Entrega da Declaração Recapitulativa por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos isentos ao abrigo do art.º 53 que tenham efetuado prestações de serviços noutros Estados Membros, no mês anterior, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do art.º 6º do CIVA.

(artigos 29, 41º e 60º do Código do IVA; artigos 23º e 30º RITI)

IVA – regime dos pequenos retalhistas

Entrega da declaração Modelo P2 ou da guia Modelo 1074, pelos retalhistas sujeitos ao regime de tributação previsto no artigo 60º do CIVA, consoante haja ou não imposto a pagar.

(artigo 67º, nº 1 alínea b) e nº 7 do CIVA)

DIA 26

IVA – comunicação de elementos de faturas

Comunicação por transmissão eletrónica de dados dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui



praticuem operações sujeitas a IVA (e que não sejam dispensadas da comunicação).

(artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 198/2012, de 24 de agosto)

DIA 28

IRS – entrega da declaração modelo 10

Entrega da Declaração Modelo 10, pelas entidades devedoras de rendimentos que estejam obrigadas a efetuar a retenção, total ou parcial, de imposto, bem como pelas entidades devedoras de rendimentos previstos nos nrs. 4), 5), 7), 9) e 10) da alínea b) do n.º 3 do artigo 2º do Código do IRS e dos rendimentos não sujeitos, total ou parcialmente, previstos no artigo 2º e nos nrs. 2, 4 e 5 do artigo 12º do Código do IRS, e ainda pelas entidades através das quais sejam processados os rendimentos sujeitos ao regime especial de tributação previsto no n.º 3 do artigo 72º do Código do IRS, referente aos rendimentos pagos ou colocados à disposição e respetivas retenções de imposto, de contribuições obrigatórias para regimes de proteção social que não sejam rendimentos de trabalho dependente.

A declaração Modelo 10 deve ser entregue até ao final do mês de fevereiro, contendo informação relativa ao ano anterior, dos rendimentos devidos ou colocados à disposição de titulares residentes no território português.

(artigo 119º, n.º 1 alínea c) ii) do CIRS e 128º do CIRC e Portaria n.º 314/2011 de 29/12)

Comunicação da atribuição de subsídios

Deve ser feita através de declaração de modelo oficial, pelas entidades que paguem subsídios ou subvenções não reembolsáveis no âmbito do exercício de uma atividade abrangida pelo artigo 3º do Código do IRS, referente aos rendimentos atribuídos no ano anterior.

(artigo 121º do CIRS)



Entrega da Declaração Modelo 37

A entrega da Declaração Modelo 37 por transmissão eletrónica de dados, pelas instituições de crédito, cooperativas de habitação, empresas de seguros, empresas gestoras de fundos e outros regimes complementares referidos nos artigos 16º e 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

(artigo 127º nº 1 do Código do IRS e Portaria nº 311-C/2011 de 27 de dezembro)

Entrega da Declaração Modelo 16

Entrega da Declaração Modelo 16 por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades gestoras de Fundos de Poupança em Ações.

(artigo 4º, nº 3 do Decreto-Lei nº 204/95 de 5 de agosto)

Entrega da Declaração Modelo 25

Entrega da Declaração Modelo 25 por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades beneficiárias de donativos fiscalmente relevantes no âmbito do regime consagrado no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

(artigo 66º, nº 1 alínea c) do Estatuto dos Benefícios Fiscais)

Entrega da Declaração Modelo 35

Entrega da Declaração Modelo 35 por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades paguem ou atribuam rendimentos de poupança sob forma de juros a beneficiários efetivos ou outras entidades não residentes em território português e desde que sejam residentes noutro Estado membro, bem como, em Andorra, Liechtenstein, Mónaco, San Marino, Suíça e nos territórios de Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Cayman, Guernsey, Jersey, Ilha de Man, Monserrate, Ilhas Turks e Caicos e Ilhas Virgens Britânicas.

(artigo 8º e 9º do Decreto-Lei nº 62/2005 de 11 de março)

Entrega da Declaração Modelo 36

Entrega da Declaração Modelo 36 por transmissão eletrónica de dados, por entidades que paguem ou atribuam rendimentos de poupança sob a forma de juros, a pessoas singulares



que provem que atuam por conta de uma das entidades referidas nos artigos 3º ou 9º do Decreto-Lei nº 62/2005 de 11 de março desde que revelem o nome e endereço dessa entidade.

(artigo 5º, nº 2, alínea c) do Decreto-lei nº 62/2005 de 11 de março)

IUC – liquidação e pagamento do imposto

Liquidação, por transmissão eletrónica de dados, e pagamento, do Imposto Único de Circulação relativo a veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no presente mês e embarcações de recreio e aeronaves de uso particular.

As pessoas singulares poderão solicitar a liquidação em qualquer serviço de finanças.

(artigos 16.º e 17.º do Código do Imposto Único de Circulação)

IVA- Pedido de restituição

Entrega, por transmissão eletrónica de dados, do pedido de restituição de IVA pelos sujeitos passivos cujo imposto suportado, no ano civil anterior, noutra Estado Membro ou país terceiro (neste caso em suporte de papel), quando o montante a reembolsar for superior a € 400 e respeitante a um período de três meses consecutivos ou, se período inferior, desde que termine em 31 de dezembro do ano civil imediatamente anterior e o valor não seja inferior a € 50.

(Decreto-Lei n.º 186/2009 de 12 de Agosto)

Com os nossos melhores cumprimentos,

ACIPS